

## TERMO DE REFERÊNCIA

### **1. OBJETO:**

1.1. Contratação de empresa especializada para a Prestação de Serviços de Seguro Predial, com cobertura em caso de contra danos elétricos, perda ou pagamento de aluguel a terceiros, quebra de vidros ou mármore, roubos e/ou subtrações de bens, raios, incêndios, explosões, fumaças, impacto de veículos terrestre, queda de aeronaves, quebra de vidros e mármore, responsabilidade civil, roubos e/ou subtração de bens, compreendidos no rol de patrimônios do CRECI/MS, visando suprir as necessidades da Sede e das Delegacias Regionais das cidades de Dourados e Três Lagoas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

1.2. Especificação do Serviço:

1.2.1. A contratação objeto do presente Termo de Referência serão disciplinadas pela legislação que rege as aquisições e serviços realizados pela Administração Pública, em especial a Lei Federal nº 8.666/93, (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências), inclusive no tocante às penalidades por descumprimento de contrato.

Grupo	Item	Local	Objeto	Cobertura	Catmat	Área Total Prédio (M2)	Valor Total dos Bens Imóveis / Móveis
01	01	Sede Rua Rio Grande do Sul nº 174 Centro Campo Grande/MS CEP: 79.020-010	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de seguro predial para os bens imóveis e	. Danos Elétricos . Perda ou pagamento de aluguel a terceiros . Quebra de vidros e	13943	1.007,83 m2	R\$ 3.500.000,00

02	Delegacia Regional Rua: Onofre Pereira de Matos, nº 1.458 Centro Dourados / MS CEP: 79.802-010	móveis do CRECI MS, p/ atender as necessidades da Sede em Campo Grande e para as Delegacias Regionais das cidades de Dourados e Três Lagoas.	Mármore · Roubo ou subtrações de Bens · Raios - Incêndios – Explosões – Fumaças – Impacto de Veículos terrestres – Queda de Aeronaves · Responsabilidade Civil · Assistência de Serviço Gratuito 24 horas	13943	189,89 m2	R\$ 300.000,00
03	Delegacia Regional Rua Generoso Siqueira nº 299 Centro Três Lagoas/MS CEP: 79.602-011			13943	35,00 m2	R\$ 100.000,00

- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de forma continuada e sem mão de obra exclusiva.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Valor Global;
- 1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.7. Assistência 24 horas.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;
- 2.2. Os contratos anteriores relativos aos serviços em comento, apresentam as seguintes datas de vigência:

Item	Local	Vigência
01	Sede Rua Rio Grande do Sul nº 174 Centro – Campo grande/MS – CEP: 79.020-010	30/11/2022 27/11/2023
02	Delegacia Regional Rua: Onofre Pereira de Matos, nº 1.458 Centro – Dourados/MS – CEP: 79.802-010	27/06/2022 27/06/2023
03	Delegacia Regional Rua Generoso Siqueira nº 299 Centro - Três Lagoas/MS – CEP: 79.602-011	05/07/2022 05/07/2023

2.2. A necessidade da contratação se justifica diante da necessidade da Administração em prevenir-se contra possíveis danos causados por sinistros, cujos prejuízos possam causar dispêndio ao erário, além de visar uma nova contratação, uma vez que o contrato vigente, firmado com as empresas cujo objeto é a prestação de serviço de seguro contra o risco eventual e imprevisto de ocorrência de sinistros, está próximo ao fim da sua vigência sem possibilidade de renovação para a sede do Creci/MS e suas delegacias localizadas no interior do Estado.

2.3. Como benefício direto e indireto a Administração poderá, em caso de sinistros cobertos pelo contrato, se resguardar no caso de eventuais prejuízos que porventura possam ocorrer, na ocorrência de caso fortuito e/ou catástrofes, poderá obter a reparação dos danos, dentro dos riscos previstos e das coberturas estipuladas.

2.4. Em razão da observância dos princípios da economicidade e da eficiência administrativa, esta unidade sugere que a contratação do seguro seja realizada em uma única licitação, composta por 3 (três) itens/unidades, atendendo os 3 (três) imóveis utilizados por esta administração, pois a interrelação entre os serviços contratados e o seu gerenciamento centralizado gera economia processual, de fiscalização contratual e da padronização na forma de prestação do serviço, ou seja, economia de escala.

2.5. Não obstante, cabe mencionar que o agrupamento dos itens/unidades não gera prejuízo aos licitantes e não fere aos princípios da isonomia e da proposta mais vantajosa para a administração, visto que tratam-se de um mesmo tipo de serviço, porém destinados a unidades distintas desta instituição, cada qual com sua especificidade, e assim portanto, podem ser ofertados concomitantemente por todos os interessados/licitantes.

2.5.1. A contratação pelo valor global torna mais atrativo o objeto a ser contratado, ampliando o interesse das sociedades seguradoras.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no ETP, justifica-se que é necessária a contratação de pessoa jurídica especializada para a Prestação de Serviços de Seguro Predial, uma vez que, a instituição pretende garantir a segurança do Patrimônio Público a fim de resguardar, por intermédio de indenização os possíveis danos/prejuízos, caso ocorram;

3.2. A contratação se dá em função dos serviços serem de segurança, necessários à Administração para a preservação e do patrimônio público e mantê-los, às suas despesas, inclusive, contra raios, incêndios, explosões, fumaças, impacto de veículos terrestre, queda de aeronaves, quebra de vidros e mármore, responsabilidade civil, roubos e/ou subtração de bens, compreendidos no rol de patrimônios do CRECI/MS, visando suprir as necessidades da Sede e das Delegacias Regionais das cidades de Dourados e Três Lagoas,;

3.3. O seguro ora proposto visa à indenização ao SEGURADO/CONTRATANTE em caso de sinistro, a fim de que a Administração não venha a sofrer eventuais prejuízos de natureza patrimonial;

3.5. O seguro pretendido tem por objeto a indenização ao Segurado, durante a vigência do contrato, observados os limites estabelecidos na apólice, os prejuízos decorrentes de perdas e danos materiais causados, de forma súbita e imprevista, aos bens/interesses garantidos, diretamente resultantes de riscos cobertos de acordo com as Condições Gerais, que fazem parte integrante e inseparável da Apólice.

#### **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- 5.1.2. A função do objeto é requisito desta contratação, ou seja, garantir a segurança das áreas dos imóveis, conforme descritivo do objeto, suprimindo acima demanda, por período de 12 meses.



5.1.3. Os serviços são classificados como continuados visto a necessidade de prorrogação para garantia contínua da necessidade de garantia do patrimônio desta instituição, considerando o que prevê o inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93;

5.1.4. O Fornecedor deverá ter Registro Ativo na SUSEP (como condição para contratação), e apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

6.1. Não serão exigidos critérios de sustentabilidade para esta contratação por se tratar de serviços de seguro, cujo o objeto se refere a pagamento de indenizações, situação em que tais exigências não são comuns. Dessa forma, entende-se que quaisquer exigências nesse sentido somente serviriam para restringir a competição no certame.

## **7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

7.1. A fim de subsidiar a elaboração das propostas e garantir a melhor adequação destas ao serviço, as empresas interessadas poderão fazer vistoria, no local dos serviços, nos endereços citados no item 8.2.2, deste Termo de Referência, para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, por intermédio de representante legal da empresa ou responsável técnico, o qual deverá apresentar documentação que comprove sua representatividade, e acompanhado por servidor da contratante, designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas, nos termos do presente Termo de Referência;

- 7.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;
- 7.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;
- 7.4. A falta de vistoria não desclassifica a licitante;
- 7.4.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DA CONTRATAÇÃO**

- 8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 8.1.1. A vigência da Apólice (cobertura) de seguro será de 12 (doze) meses, a contar das 24 horas do dia da sua emissão, na forma que se segue:
- 8.1.2. As apólices de seguro deverão ter vigência da seguinte forma:
- 8.1.2.1. Assinatura do contrato;
- 8.1.3. O recebimento, caracterizado pelo atesto no documento de cobrança, será realizado pelo Gestor de Frotas/Fiscal de Contrato e setor de Licitação, Compras e Contratos - LICOC, cabendo a este a guarda da apólice de seguro;
- 8.1.4. O recebimento e aceitação do objeto deste Termo de Referência obedecerão, no que couber, ao disposto no art. 73, inciso I, e seus parágrafos, da Lei n.8.666/1993;
- 8.1.5. A Contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro;

8.1.6. Central de Atendimento com funcionamento 24hs, para casos imediatos de sinistros, informando o número do telefone ou outro meio para contato, possibilitando rapidez nas providências necessárias à prestação dos serviços contratados;

8.1.7. O licitante vencedor deverá indicar, na forma do disposto no art. 68 da Lei 8.666/1993, um preposto para representá-la na execução do contrato e para atuar como interface entre ela e a equipe de fiscalização representante da CONTRATADA.

8.2. A execução da contratação seguirá a seguinte dinâmica:

8.2.1. As informações relativas à hora e data de início e término de vigência da apólice serão fornecidas por ocasião do envio da Nota de Empenho;

8.2.2. Os serviços serão executados no seguinte endereço:

Sede Rua Rio Grande do Sul nº 174 Centro - Campo Grande/MS CEP: 79.020-010
Delegacia Regional Rua: Onofre Pereira de Matos, nº 1.458 - Centro - Dourados / MS CEP: 79.802-010
Delegacia Regional Rua Generoso Siqueira nº 299 - Centro - Três Lagoas/MS CEP: 79.602-011

8.2.3. O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos abaixo descritos:

8.2.3.1. danos elétricos, perda ou pagamento de aluguel a terceiros, raios, incêndios, explosões, fumaças, impacto de veículos terrestre, queda de aeronaves, quebra de vidros e mármore, responsabilidade civil, roubos e/ou subtração de bens,, visando suprir as necessidades da Sede e das Delegacias Regionais das cidades de Dourados e Três Lagoas, independentemente do local



de sua origem, que atinjam a edificação da CRECI, no endereço constante do item 8.2.2. acima;

8.2.4. A Contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro;

8.2.5. A Contratada deverá possuir Central de Atendimento com funcionamento 24hs para atendimento imediato em casos de sinistro, possibilitando atendimento ao usuário e todas as providências necessárias à prestação dos serviços contratados, informando número de telefone e outro meio para contato;

8.2.6. A execução dos serviços elencados neste instrumento, seguem normativas da Superintendência de Seguros Privados quanto ao objeto e modalidade de seguro contratada,

8.2.7. A Contratante comunicará à Contratada a ocorrência de acidente tão logo tenha conhecimento, providenciando, ainda, a documentação comprobatória do sinistro.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Comunicar o sinistro à Contratada dentro do prazo de 24 horas;

9.3. Fornecer ou facilitar o acesso a toda espécie de informações sobre as circunstâncias e consequências do sinistro;

9.4. Notificar a Contratada por escrito eventuais falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.5. Informar precisamente os dados para emissão da apólice;

- 9.6. A Contratada deverá prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento do objeto contratado, informando o número do telefone ou outro meio para contato de urgência;
- 9.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 9.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 9.8.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 9.8.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 9.8.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - 9.8.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.9. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 9.10. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 9.11. Efetuar à CONTRATADA o pagamento pelo serviço adquirido.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. Cobrir os riscos contra danos elétricos, perda ou pagamento de aluguel a terceiros, raios, incêndios, explosões, fumaças, impacto de veículos terrestre, queda de aeronaves, quebra de vidros e mármores, responsabilidade civil, roubos e/ou subtração de bens,, compreendidos no rol de patrimônios do CRECI/MS, visando suprir as necessidades da Sede e das Delegacias Regionais das cidades de Dourados e Três Lagoas;

10.1.0. Emitir a apólice com base nas informações do Contratante;

10.1.1. Prestar atendimento imediato no caso do sinistro;

10.1.2. Disponibilizar para o Contratante todos os contatos existentes, como nome do responsável em atender as demandas da sede e das delegacias do CRECI/MS, o endereço, e-mail e telefone;

10.1.3. Iniciar a avaliação dos danos dos bens segurados, no primeiro dia útil seguinte ao recebimento do aviso do sinistro;

10.1.4. Garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do aviso de sinistro, de acordo com as normas estabelecidas pela SUSEP;

10.1.5. Entregar ao Contratante a apólice de seguro no prazo de até 15(quinze) dias após a assinatura do contrato;

10.1.6. Responsabilizar-se inteiramente pela qualidade dos serviços prestados, devendo refazê-los quando necessário;

10.1.7. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da solicitação, os motivos

que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 10.1.8. Emitir a apólice discriminando o valor unitário de cada item, com o seu respectivo boleto;
- 10.1.9. Sujeitar-se à fiscalização da contratante, que inclui o atendimento às orientações do fiscal do Contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados;
- 10.1.10. Encaminhar documentos fiscais e todas as documentações determinadas pelo fiscal do contrato para efeitos de atestar os serviços e comprovar regularizações;
- 10.1.11. Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, não se admitindo recusa por parte da contratada em decorrência de sobrecarga na sua capacidade ou outros motivos não aceitos pelo fiscal do contrato;
- 10.1.12. Levar, imediatamente, ao conhecimento do contratante qualquer irregularidade constatada durante a execução do objeto;
- 10.1.13. Utilizar mão de obra especializada na execução do objeto, estando ciente da legislação que rege o serviço;
- 10.1.14. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 10.1.15. Relacionar-se com o contratante, exclusivamente, por meio de pessoa por ele formalmente indicado;
- 10.1.16. Observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho;
- 10.1.17. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhista, previdenciário, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do

serviço, sendo que não existirá para o CRECI/MS qualquer solidariedade quanto ao cumprimento dessas obrigações;

- 10.1.18. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus prestadores de serviço e por quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante e a terceiros;
- 10.1.19. A contratada não poderá ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros (as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento do CRECI/MS, sob pena de rescisão contratual;
- 10.1.20. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados;
- 10.1.21. Não utilizar o nome do contratante, ou sua qualidade de contratada, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do contratante;
- 10.1.22. Assegurar ao contratante o repasse dos descontos e ofertas pecuniárias, quando fornecidos aos outros usuários, seja a título permanente ou provisório;
- 10.1.23. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados. A inobservância do disposto poderá acarretar sanções previstas no item 9;
- 10.1.24. É vedado à contratada caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras;
- 10.1.25. É vedado à contratada reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de



que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços sem o consentimento prévio e por escrito do contratante.

## **11.DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório;
- 11.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;
- 11.3. É vedado transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do contratante.

## **12.ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13.CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 13.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;
- 13.2. A fiscalização será feita por funcionário designado pelo Presidente do CRECI-MS através de portaria específica;
- 13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das

falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**13.4.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

**13.5.** A gestão do contrato será feita pelo Departamento Licitação, Compras e Contratos (LICOC).

#### **14. DOS CRITÉRIOS DA AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

**14.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

14.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratada;

14.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

**14.2.** Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.2.1. não produziu os resultados acordados;

14.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

14.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 15.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses após a emissão da apólice em conformidade com as disposições contidas na Lei nº8.666/93 e, em qualquer caso, limitada à disponibilidade financeira do CRECI/MS;
- 15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 15.3. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento do serviço, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 15.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato após a entrega do serviço, da seguinte forma:
- 15.5. A contratante realizará inspeção minuciosa de todo o serviço executado, por meio do fiscal do contrato, acompanhados dos profissionais encarregados pelo trabalho, com a finalidade de verificar a adequação do serviço e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;
- 15.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final do serviço, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 15.7. A Contratada fica obrigada a reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabendo ao fiscal do contrato não atestar a única medição de serviços até que sejam sanadas todas as

eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

15.8. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução da entrega dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.9. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pelo fiscal do contrato, se for caso, e caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.9.1. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização referente aos serviços prestados;

15.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

## **16. DO PAGAMENTO**

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

16.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de ..... (....) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do

art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 16.5.1. o prazo de validade;
- 16.5.2. a data da emissão;
- 16.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 16.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 16.5.5. o valor a pagar; e
- 16.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da



regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

- 16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 16.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante

- 16.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 17. DO REAJUSTE

- 17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;
- 17.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;
- 17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **18. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas.
- 18.2. Especificamente para a contratação dos serviço em tela, não haverá exigência de garantia contratual de execução do contrato, uma vez que o próprio objeto corresponde à contratação de serviços de seguro, sendo que tal exigência, corresponderia a um ônus injustificado para a Administração na gestão da futura avença.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 19.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
  - 19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 19.1.3. fraudar na execução do contrato;
  - 19.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
  - 19.1.5. cometer fraude fiscal;
- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 19.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - 19.2.2. Multa moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
  - 19.2.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

- 19.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 19.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 19.2.7. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência;
- 19.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 19.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 19.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
- 19.4.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



- 19.4.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;
- 19.4.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 19.4.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;
- 19.4.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- 19.4.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;
- 19.4.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

19.4.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

## **21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

21.1. Será classificada a proposta com menor preço apresentado dentro das especificações do objeto e que a empresa interessada apresente documentação apta para contratar com a Administração Pública, conforme disposições neste Termo de Referência.

## **22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

22.1. Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da contratação desta licitação são oriundos do Elemento de Despesa – 6.3.1.04.01.031 – SEGURO EM GERAL.

Campo Grande/MS, 26 de setembro de 2023.

**Adilson dos Santos Almeida**  
Coordenador Administrativo  
CRECI 14ª Região/MS